

**--- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM,  
RELATIVA AO MÊS DE SETEMBRO, E EFECTUADA NO DIA TREZE DE  
OUTUBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO.-----**

-----  
--- Aos treze dias do mês de Outubro de mil novecentos e noventa e cinco, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, reuniu a Assembleia Municipal, no Auditório do Museu Distrital, nesta cidade, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:-----**

**--- 1.- CRIAÇÃO DE UM PROJECTO MUNICIPAL DE CONSOLIDAÇÃO DO  
SISTEMA URBANO.-----**

**--- 2.- CRIAÇÃO DE UM PROJECTO MUNICIPAL DE CANDIDATURA DE  
SANTARÉM A PATRIMÓNIO MUNDIAL.-----**

**--- 3.- CONTRIBUIÇÃO PREDIAL AUTÁRQUICA - FIXAÇÃO DE TAXAS.-----**

**--- 4.- LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA O ANO DE MIL NOVECENTOS E  
NOVENTA E SEIS.-----**

**--- 5.- TERCEIRA REVISÃO DO ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS  
MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM.-----**

**--- 6.- PLANO DE PORMENOR DO LADO POENTE DA AV<sup>a</sup>. DO BRASIL.-----**

**--- 7.- ADEÇÃO À ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE CISTER.-----**

**--- 8. ASSUNTOS DE INTERESSE PARA AS FREGUESIAS.-----**

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes ausências: -----

--- **Faltas justificadas:** -----

--- **JOAQUIM ALBERTO PEREIRA SERRÃO.** -----

--- **VÍTOR MANUEL LOPES AMARAL CASTRO DA MATA** -----

--- **CARLOS MANUEL PALMEIRO CARVALHO.** -----

--- **ALFREDO FERREIRA CARDOSO LOBATO.** -----

--- **RICARDO LUÍS COSTA.** -----

--- **Faltas não justificadas:** -----

--- **MÓNICA ISABEL DUARTE MENDONÇA.** -----

--- **PAULO ALEXANDRE DA CRUZ PITA SOARES.** -----

--- **JOSÉ ILÍDIO DA FONSECA FREIRE.** -----

--- **ANTÓNIO MANUEL SIMÕES CORDEIRO DUARTE.** -----

--- **CARLOS ALBERTO NARCISO MARQUES.** -----

--- Confirmada a existência de quórum, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**,  
declarou aberta a Sessão. -----

--- De imediato o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** submeteu a votação as  
seguintes actas: -----

--- Acta número dez, tendo sido aprovada por maioria, com uma abstenção; -----

--- Acta número onze, tendo sido aprovada por maioria, com uma abstenção. Sobre esta  
acta interveio o Senhor **VICENTE CARLOS FLOR BATALHA**, Presidente de Junta  
de Freguesia de Pernes, que solicitou uma emenda. -----

--- Acta número doze, tendo sido aprovada por maioria, com cinco abstenções. -----

--- Seguidamente o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** elogiou a forma como decorreu as eleições e o acto eleitoral, destacando o civismo que todos os portugueses tiveram, inclusivamente os Partidos Políticos, sublinhando a forma como foram aceites os resultados do escrutínio. -----

--- Considerou de muito pedagógica a forma iminentemente democrática como tudo se passou, realçando a humildade e o sentido de responsabilidade do próximo Primeiro Ministro e, também a dignidade do Dr. Fernando Nogueira pela declaração que fez na televisão e que só o dignifica. -----

--- Prosseguiu, felicitando a Dr.<sup>a</sup> Maria Luísa Raimundo Mesquita, pela sua eleição à Assembleia da República e, concluiu, referindo-se à incompatibilidade de deputado autarca com a de deputado da Assembleia da República, esperando que esta situação venha a ser ultrapassada de uma forma positiva. -----

--- De seguida deu-se início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo como primeiro interveniente o Senhor **LEONEL DE MATOS MARTINHO DO ROSÁRIO**, referindo que o Partido Socialista se congratula pela forma como decorreu o acto eleitoral e, também se congratula pela eleição de dois distintos membros da Assembleia Municipal de Santarém, nomeadamente o Senhor Dr. José Niza e a senhora Dr.<sup>a</sup> Maria Luísa Raimundo Mesquita. -----

--- Referiu que cerca de cinquenta por cento dos eleitores, no Distrito de Santarém, votaram no PS, considerando esta situação motivo de alegria e de esperança; alegria pelos motivos óbvios; esperança pelas expectativas criadas face à possível Governação

mais descentralizada e, obviamente com a atribuição de mais competências ao Poder Local, de modo a permitir uma acção mais imediata e justa nas necessidades e anseios das populações. -----

--- A seguir interveio o Senhor **BERTINO COELHO MARTINS**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, apresentando as melhores felicitações aos dois ilustres membros da Assembleia Municipal de Santarém: ao Senhor Dr. José Niza, digno Presidente da Assembleia, e à Senhora Dr.<sup>a</sup> Maria Luísa Raimundo Mesquita, dinâmica representante da CDU, por terem sido eleitos deputados à Assembleia da República, nas eleições de um de Outubro. -----

--- Aproveitou para desejar muitas felicidades no desempenho das suas novas e nobres funções, e que na Assembleia da República, defendam empenhadamente os interesses das populações e deste concelho. -----

--- Manifestou a sua solidariedade para com os seus colegas das Juntas de Freguesia de Abrã, Alcanede, Amiais de Baixo e Pernes, pelos momentos de angústia, e os graves prejuízos porque passaram as suas populações, no passado Verão, em que os fogos - postos ou acidentais - assolaram as suas freguesias. -----

--- Enalteceu o grande empenhamento que de todas as Corporações de Bombeiros manifestaram no combate a todos esses flagelos que as populações tiveram. -----

--- Seguidamente usou da palavra o Senhor **VICENTE CARLOS FLOR BATALHA**, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes referindo que a Junta de Freguesia de Pernes saúda e felicita o Partido Socialista pela sua vitória eleitoral, nas legislativas do passado

dia um de Outubro, salientando que os resultados demonstram um profundo desejo de mudança do povo português. -----

--- Considerou fundamental que a gestão do próximo Governo do PS corresponda às expectativas levantadas e às promessas anunciadas durante a campanha eleitoral, destacando que, gerir bem a multiplicidade das expectativas, é a oportunidade do PS e do seu líder e Primeiro Ministro indigitado, Engº. António Guterres. -----

--- Referiu que, se como cidadãos lhes preocupam questões de política global, naturalmente que apoiam a mudança de política e de políticos, salientando que como autarcas, acrescentam se possível, a essas preocupações todas as decisões que têm a ver com a valorização do Poder Local, com a Regionalização e o desenvolvimento do Distrito de Santarém. Há que cumprir grande parte da reforma administrativa que se complete e cumpra a Constituição da República Portuguesa: o Poder Local tem de ser valorizado e dignificado, pois o seu contributo é nuclear para o desenvolvimento nacional, no sentido de que diversas vertentes sejam aperfeiçoadas e aprofundadas, incluindo, obviamente, a actualização e o reforço da Lei das Finanças Locais, referindo que o PS não pode, nem deve, deixar cair o processo de Regionalização. -----

--- Prosseguiu, referindo-se a um artigo publicado no jornal “O Ribatejo”, no qual teve oportunidade de expressar recentemente que se podem consubstanciar e sintetizar, na definição de competências e meios, incluindo naturalmente os financeiros, na consagração do regime de permanência para os eleitos das freguesias, num quadro de descentralização da administração pública.-----

--- Considerou que as freguesias têm sido minorizadas, atitude que rejeita, esperando que os argumentos da Carta Aberta da ANAFRE, divulgada antes das eleições, sensibilize e encontre eco e expressão no novo Governo do PS, em conformidade com as posições que o PS, nos últimos tempos, tem vindo a tomar, lembrando que não esqueceram as dificuldades que o PS criou ao Poder Local, quando foi Governo. -----

--- Disse ainda que não poderá haver verdadeiro, real, integrado e harmonioso, desenvolvimento regional, sem um Poder Local e Regional valorizado e dignificado, que aproxime governantes e governados, que envolva a participação das populações, que disponha de mecanismos, meios e recursos, para dar resposta aos seus anseios e aspirações, para melhor preparar o futuro.-----

--- Concluiu, referindo que os portugueses quiseram manifestar a mudança na votação de um de Outubro, e que a vitória dada ao PS expressa e implica que o PS na Assembleia da República e no Governo, cumpra coerentemente os compromissos e as expectativas para com o Poder Local. A Regionalização e o Desenvolvimento Regional estão na ordem do dia do futuro.-----

Interveio depois o Senhor **BASÍLIO DUARTE OLEIRO**, Presidente da Junta de Freguesia do Arneiro das Milhariças, que felicitou o PS e todos os seus membros, pela vitória alcançada nas eleições do passado dia um de Outubro. Congratulou-se também com a eleição à Assembleia da República da Senhora Dr<sup>a</sup>. Maria Luísa Raimundo Mesquita e o Senhor Dr. José Niza, desejando-lhes um bom trabalho. -----

--- Disse, esperar que estejam criadas as condições para que este concelho se possa

desenvolver mais e melhor.-----

--- Considerou existir uma grande expectativa na Câmara Municipal de Santarém, sobretudo na pessoa do Senhor Presidente.-----

--- Referiu, por último que a freguesia de Arneiro das Milhariças foi das mais atingidas, no Verão passado, por fogos tendo em conta a área florestal atingida.-----

--- Interveio a seguir o Senhor **ANTÓNIO MANUEL DE CAMPOS** congratulando-se com a vitória do PS alcançada nas eleições legislativas do passado dia um de Outubro. --

--- Realçou a forma como decorreu o acto eleitoral, fazendo uma comparação de resultados entre as eleições do passado dia um de Outubro e o resultado alcançado pelo PSD nas legislativas de mil novecentos e oitenta e cinco.-----

--- Disse, esperar que o PS venha a ter muitos sucessos de Governação, e concluiu felicitando o Senhor Presidente da Assembleia e a Senhora Dr.<sup>a</sup>. Maria Luísa Raimundo Mesquita, pela sua recente eleição à Assembleia da República.-----

--- Seguidamente interveio o Senhor **PEDRO MIGUEL RODRIGUES NEVES VELOSO** que felicitou o PS pela vitória clara que obteve no último acto eleitoral, onde o povo português demonstrou claramente que queria mudar e mudou.-----

--- Felicitou, também os Senhores membros desta Assembleia, eleitos à Assembleia da República.-----

--- Referiu que a expectativa em relação a este Governo é grande, relativamente às promessas feitas, e concluiu salientando que ao fim de dez anos, espera que acabe - o jogo de empurra - entre o PS e o PSD de quem são as responsabilidades, deixando o

benefício da dúvida.-----

--- Interveio ainda o Senhor **JOAQUIM AUGUSTO QUEIROZ FRAZÃO NETO**,  
Presidente da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo felicitando os dois membros desta  
Assembleia, eleitos à Assembleia da República.-----

--- Referiu ainda que num futuro próximo se possa trabalhar em melhores condições e  
que finalmente se possa reunir no Salão Nobre da Assembleia Distrital. -----

--- Disse também, esperar coerência por parte do PSD para que, agora na oposição, não  
venha dizer amanhã que está mal, aquilo que hoje diz estar bem. -----

--- Referiu-se por último à Moção aprovada na Assembleia de Freguesia, a qual foi  
distribuída aos Senhores membros, sobre uma Zona de Desenvolvimento Económico de  
Amiais de Baixo, sugerindo que fosse feita uma reflexão sobre esta matéria.-----

--- Por último interveio novamente o Senhor **ANTÓNIO MANUEL DE CAMPOS**  
esclarecendo que o PSD tem por hábito ser coerente nas posições que toma, tendo por  
obrigação defender as situações de igual modo. -----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** agradeceu as felicitações que lhe  
foram dirigidas.-----

--- Informou estar na presença de uma Moção subscrita pelo grupo da CDU, a qual irá  
ser distribuída e votada na próxima Sessão da Assembleia Municipal.-----

--- Esgotadas as intervenções neste Período de “Antes da Ordem do Dia”, o Senhor  
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA.**-

--- **PONTO UM - CRIAÇÃO DE UM PROJECTO MUNICIPAL DE**



**CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA URBANO.**-----

--- Foram presentes, para apreciação desta Assembleia os documentos em epígrafe, que ficam anexos à presente acta, dispensando-se a sua transcrição, nos termos do Decreto-Lei quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e dois de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei trezentos e trinta e quatro/oitenta e dois, de dezanove de Agosto.-----

--- Interveio o Senhor **FERNANDO SOARES NICOLA** manifestando a sua discordância, relativamente à política de aplicação de dinheiro público por parte do Município de Santarém, sob maioria do PS.-----

--- Considerou, em seu entender, existir uma duplicação de competências e funções, subcarregando o erário público como mais despesas. salientando que em mil novecentos e noventa e nove foi criado o Gabinete de Planeamento Municipal, entendido na altura como staf do Presidente, frisando que, no seu entender, o GPM não cumpriu grande parte das missões que lhe foram cometidas.-----

--- Prosseguiu, salientando que se continua sem um Plano de Urbanização eficaz e, concluiu, criticando a Administração Socialista pela criação de um gabinete em paralelo com as mesmas funções, que contribuem para o aumento de despesas com novos funcionários.-----

--- Seguidamente interveio o Senhor **LEONEL DE MATOS MARTINHO DO ROSÁRIO**, que manifestou a sua concordância, relativamente a alguns pontos da intervenção do Senhor FERNANDO SOARES NICOLA.-----

--- Congratulou-se com a proposta apresentada, considerando este instrumento de gestão urbana com algum significado pelo que se justifica plenamente o aparecimento deste projecto. -----

--- Prosseguiu, referindo que o PS concorda com a criação deste novo gabinete, e concluiu discordando da opinião de que este projecto venha trazer mais encargo para o Município.-----

--- A seguir usou da palavra o Senhor **EUGÉNIO BAÊTA RIBEIRO PISCO** que começou por salientar que o Ponto um e dois da Ordem de Trabalhos não vêm acompanhados com a cópia da acta camarária, correspondente.-----

--- Referiu que se a criação de um gabinete para a Candidatura de Santarém a Património Mundial tem lógica, já no seu entender, não tem lógica a Criação de um Projecto Municipal que tem, igualmente, um carácter transitório, quando o seu trabalho é um trabalho efectivo, regular e permanente, devendo este estar integrado nas estruturas orgânicas do Município.-----

--- Interveio novamente o Senhor **FERNANDO SOARES NICOLA**, salientando que, no seu entender, haverá efectivamente um acréscimo de despesas com pessoal para o Município.-----

--- A seguir interveio de novo o Senhor **LEONEL DE MATOS MARTINHO DO ROSÁRIO** referindo que, na sua opinião, é salutar que se gaste dinheiro, quando este é bem empregue, sobretudo para o desenvolvimento do concelho. -----

--- Seguidamente usou da palavra o Senhor **JOAQUIM AUGUSTO QUEIROZ**

**FRAZÃO NETO**, Presidente da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo, considerando haver algum desencontro de ideias entre os elementos do PSD, relativamente aos impostos. -----

--- Interveio o Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** que começou, elogiando o Partido Socialista pela expressiva vitória alcançada nas recentes eleições do passado dia um de Outubro. -----

--- No tocante à redução dos impostos, sublinhou que propôs à Excelentíssima Câmara a redução efectiva dos impostos para o ano de mil novecentos e noventa e seis, e que esta aprovou. -----

--- Relativamente ao PDM esclareceu que este, uma vez aprovado, terá que ser posto em prática. -----

--- Salientou os elogios que a Senhora Presidente da CCR-LVT dirigiu à gestão Câmara Municipal de Santarém, na pessoa do seu Presidente. -----

--- Esclareceu que com este projecto se pretende extinguir o GPM e evitar a duplicação de serviços, criando uma estrutura integrada em normativas legais. -----

--- Frisou que a IGAT refere no seu Relatório que há algumas insuficiências na gestão urbanística, porque o Senhor Presidente da Câmara num esforço de contenção, não tem investido no agregado corrente e, nomeadamente em despesas de pessoal.-----

--- Disse ainda que na prática se pretende marcar o PDM, corrigir e redefinir os perímetros rurais, delimitar se possível algumas áreas das freguesias, que se tornaram indesejáveis, em termos de delimitação. -----

--- Prestou mais alguns esclarecimentos, informando que não se trata de quaisquer comissões de serviços, tratando-se na maior parte, de personalidades que já trabalham no Município de Santarém. -----

--- Concluiu, afirmando que as despesas correntes, obviamente têm de aumentar com o investimento.-----

--- Interveio por último o Senhor **FERNANDO SOARES NICOLA**, esclarecendo que, efectivamente vem referido no documento assinado pelo Senhor Presidente da Câmara, o Plano Geral de Urbanização. -----

--- Salientou que quem acusa deficiências no funcionamento Orgânico da Câmara é a própria Câmara Municipal, esclarecendo que não está em causa o acompanhamento do PDM, antes pelo contrário. Adiantou que conhece Câmaras Municipais em que o acompanhamento do PDM tem vindo a ser feito de uma forma substancial e correcta, pelos próprios departamentos já existentes nas Câmaras Municipais. -----

--- Esgotadas as intervenções o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, submeteu a votação a proposta, relativa à **CRIAÇÃO DE UM PROJECTO MUNICIPAL DE CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA URBANO**, termos da alínea f), do número dois do artigo trinta e nove do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um de doze de Junho, tendo sido **aprovada por maioria, com trinta e cinco votos a favor, quatro votos contra e dez abstenções.**-----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número quatro, do

artigo número oitenta e cinco, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um de doze de Junho, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** submeteu a votação a aprovação em minuta o **PONTO UM**, tendo sido deliberado aprovar, **por unanimidade**.-----

**--- PONTO DOIS - CRIAÇÃO DE UM PROJECTO MUNICIPAL DE CANDIDATURA DE SANTARÉM A PATRIMÓNIO MUNDIAL. -----**

--- Foram presentes, para apreciação desta Assembleia os documentos em epígrafe, que ficam anexos à presente acta, dispensando-se a sua transcrição, nos termos do Decreto-Lei quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e dois de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei trezentos e trinta e quatro/oitenta e dois, de dezanove de Agosto. -----

--- Interveio o Senhor **ALEXANDRE HERCULANO DA CUNHA PITA SOARES**, referindo que o PSD louva a criação do Projecto Municipal de Candidatura de Santarém a Património Mundial, mas que discorda da política de apoio à abertura dos Monumentos. -----

--- Proseguiu, salientando a situação em que se encontram os Monumentos em Santarém, relativamente à sua conservação e abertura ao público.-----

--- Salientou mais alguns aspectos que lhe pareceram importantes e, concluiu referindo que, na sua opinião, a Câmara Municipal de Santarém não tem feito uma verdadeira política de defesa do Património Histórico e Monumental de Santarém, mas sim uma política de fachada que não tem estado orientada de forma a conduzir a uma verdadeira

defesa e salvaguarda do Património de Santarém. -----

--- A seguir Interveio o Senhor **PEDRO MIGUEL RODRIGUES NEVES VELOSO** que apelou contenção aos dois maiores partidos desta Assembleia, porque isto, promete demorar tempo a mais sem se estar a discutir assuntos do interesse do concelho. -----

--- Referiu que ninguém, no seu senso, estará contra um projecto desta natureza, adiantando que se o projecto visa divulgar Santarém pelo país, resto da Europa ou mundo, terá o apoio do Partido Popular. -----

--- Sugeriu ainda que os membros da Assembleia Municipal fossem informados sobre o andamento do projecto de candidatura, relativamente àquilo que já foi feito e o que há para fazer. -----

--- Interveio depois o Senhor **LEONEL DE MATOS MARTINHO DO ROSÁRIO**, lamentando que a Câmara seja acusada de tudo, ficando com dúvida onde acaba a responsabilidade da Câmara e onde começa a responsabilidade das outras entidades. -----

--- Prosseguiu, salientando mais alguns aspectos e, concluiu referindo que pessoalmente já não acredita muito no projecto, pela razão de este ter vindo a ser sucessivamente esvaziado. -----

--- Seguidamente interveio o Senhor **ANTÓNIO JOSÉ DA PIEDADE CARMO** referindo que, no seu entender, não poder haver pressas, para que a Candidatura de Santarém a Património Mundial possa ser feita com uma garantia de sucesso, mas para isso é necessário um gabinete e um grupo de trabalho que o faça de uma forma coordenada. -----

--- Disse ainda que o PS tem de louvar a criação deste projecto, sugerindo que todos deveriam abraçar o projecto para que este se possa tornar numa realidade. -----

--- Interveio por último o Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** considerando injurioso estarem a simbolizar, apenas, na pessoa do Presidente da Câmara esta candidatura. -----

--- Comparou o tempo de elaboração do Projecto de Candidatura de Santarém, em relação à Candidatura de Évora. -----

--- Prestou mais alguns esclarecimentos, referindo que nos Monumentos Nacionais a Câmara Municipal não pode intervir, adiantando que até para a abertura ao público, daqueles Monumentos, a Câmara tem de ter autorização do IPAR.-----

--- Por último, referiu que nesta matéria não podem existir equívocos, sendo necessário haver um espírito de aventura, mas aventura calculada, por forma a permitir que este projecto se possa tornar numa realidade.-----

--- Esgotadas as intervenções o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, submeteu a votação a proposta, relativa à **CRIAÇÃO DE UM PROJECTO MUNICIPAL DE CANDIDATURA DE SANTARÉM A PATRIMÓNIO MUNDIAL**, termos da alínea f) do número dois do artigo trinta e nove do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um de doze de Junho, tendo sido **aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor e dez abstenções**. -----

--- Pelo Senhor **ALEXANDRE HERCULANO DA CUNHA PITA SOARES** foi presente a seguinte **Declarações de Voto**: -----

--- “O Partido Social Democrata não questiona de modo algum os objectivos e alcances do desenvolvimento do Projecto de Candidatura de Santarém a Património Mundial porque, naturalmente e incondicionalmente o apoia. Isto porque de facto reconhece que este projecto encerra interesses e virtualidades para o Município do ponto de vista da protecção dos valores histórico-urbanísticos, monumentais e paisagísticos naturais da melhoria da qualidade de vida para os cidadãos e munícipes, na promoção cultural, no desenvolvimento integrado e do turismo. -----

--- A nossa abstenção deve-se ao facto e só de que reconhecemos na proposta em apreço uma fundamentação insuficiente que nos conduza a uma votação clara e perfeitamente assumida, porque no conteúdo da proposta consideramos que não estão esclarecidas as dúvidas que referi. E de forma alguma está questionado pelo PSD o interesse, o alcance e os objectivos do desenvolvimento deste projecto, o qual apoiamos incondicionalmente”.

--- Pelo Senhor **EUGÉNIO BAÊTA RIBEIRO PISCO** foi presente a seguinte  
**Declaração de Voto:** -----

--- “A nossa abstenção tem a ver com aquilo que aqui esteve a ser discutido. E o que aqui esteve a ser discutido foi a criação de uma unidade orgânica contraditória que foi o Projecto Municipal de Candidatura de Santarém a Património Mundial. -----

--- Podia-se deduzir das palavras, últimas, do Senhor Presidente da Câmara que se estaria aqui a votar a adesão ou a aprovação da Candidatura de Santarém a Património Mundial. Como não foi isso que esteve aqui em discussão, e essa matéria já foi matéria resolvida, com a aprovação unânime das forças políticas deste concelho, a nossa abstenção tem a ver



tão somente com as soluções preconizadas no projecto que esteve aqui em apreço, nas dúvidas que apesar da discussão aqui havida e continuam para nós a existir quanto à solução encontrada”.-----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número quatro, do artigo número oitenta e cinco, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um de doze de Junho, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** submeteu a votação a aprovação em minuta o **PONTO DOIS**, tendo sido deliberado aprovar **por unanimidade**.-----

--- **PONTO TRÊS - CONTRIBUIÇÃO PREDIAL AUTÁRQUICA - FIXAÇÃO DE TAXAS**.-----

--- Foram presentes, para apreciação desta Assembleia os documentos em epígrafe, que ficam anexos à presente acta, dispensando-se a sua transcrição, nos termos do Decreto-Lei quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e dois de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei trezentos e trinta e quatro/oitenta e dois, de dezanove de Agosto.-----

--- Interveio o Senhor **JOSÉ MARCELINO** que referiu que, na sua opinião, a redução da taxa de um por cento proposto pelo Senhor Presidente da Câmara tem como base a Lei número trinta e nove - B/ noventa e quatro de vinte sete de Dezembro.-----

--- A Seguir usou da palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** que esclareceu que a proposta de redução da taxa foi sublinhada pelo Presidente da Câmara e a partir daí é uma proposta de todo o Executivo Municipal.-----

--- Esgotadas as intervenções o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, submeteu a votação a proposta, relativa à **CONTRIBUIÇÃO PREDIAL AUTÁRQUICA - FIXAÇÃO DE TAXAS**, termos da alínea l) do número dois do artigo trinta e nove do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um de doze de Junho, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número quatro, do artigo número oitenta e cinco, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um de doze de Junho, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** submeteu a votação a aprovação em minuta o **PONTO TRÊS**, tendo sido deliberado aprovar, **por unanimidade**. -----

--- **PONTO QUATRO - LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA O ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS**.-----

--- Foram presentes, para apreciação desta Assembleia os documentos em epígrafe, que ficam anexos à presente acta, dispensando-se a sua transcrição, nos termos do Decreto-Lei quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e dois de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei trezentos e trinta e quatro/oitenta e dois, de dezanove de Agosto. -----

--- Usou da palavra o Senhor **LEONEL DE MATOS MARTINHO DO ROSÁRIO** manifestando a sua concordância com a proposta e salientar que contrariamente ao que se estava a verificar, a retoma traduz-se numa receita inferior àquela que em mil novecentos

e noventa e quatro, se verificou no caso da derrama. -----

--- Louvou a iniciativa da Câmara em consignar parte desta receita na prevenção da droga, tratamento e reinserção social, esperando que esta iniciativa se venha a tornar numa situação perene e contribua efectivamente para debelar esta praga e este drama dos nossos dias.-----

--- A seguir interveio a Senhora **MARIA LUISA RAIMUNDO MESQUITA** que agradeceu todas as felicitações que lhe foram dirigidas e manifestou a sua disponibilidade para intervir e participar em termos de Assembleia da República.-----

--- Relativamente à derrama, referiu que de facto não é o lançamento da derrama que a leva a intervir, mas fundamentalmente a sua latitude e multiplicidade de objectivos que a derrama, normalmente acaba por focar, colocando algumas dúvidas quanto à sua concretização na plenitude. -----

--- Prosseguiu, referindo os objectivos da derrama, salientando o último ponto que é a prevenção da droga, tratamento e reinserção social. -----

--- Sugeriu que houvesse uma maior transmissão das mensagens de quem planifica e que gere, de modo a deixar mais descansados aqueles que menos generosos no tempo, também, pudessem opinar sobre aquilo que lhes é oferecido. -----

--- Manifestou a sua preocupação quanto à efectiva aplicação dos dinheiros em termos de derrama, apesar do voto favorável da CDU.-----

--- Seguidamente interveio o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, na qualidade de membro, congratulando-se com a iniciativa, pioneira, da Câmara Municipal ao atribuir

parte da derrama à prevenção da droga, tratamento e reinserção social.-----

--- Salientou alguns aspectos do projecto vida e, concluiu propondo a criação de uma Região Territorial, entre várias Câmaras do distrito, para o efeito, de modo a permitir que as autarquias tenham um staf técnico que fizesse a supervisão das pessoas que estão no terreno.-----

--- Seguidamente o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, submeteu a votação a proposta, relativa ao **LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA O ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS**, termos da alínea p) do número dois do artigo trinta e nove do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um de doze de Junho, tendo sido **aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor e uma abstenção.** -----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número quatro, do artigo número oitenta e cinco, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um de doze de Junho, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** submeteu a votação a aprovação em minuta o **PONTO QUATRO**, tendo sido deliberado aprovar **por unanimidade.** -----

--- **PONTO CINCO - TERCEIRA REVISÃO DO ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM.** -----

--- Foram presentes, para apreciação desta Assembleia os documentos em epígrafe, que ficam anexos à presente acta, dispensando-se a sua transcrição, nos termos do Decreto-Lei quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e dois de Novembro de mil

novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei trezentos e trinta e quatro/oitenta e dois, de dezanove de Agosto. -----

--- Dada a inexistência de intervenções o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, submeteu a votação a proposta, relativa à **TERCEIRA REVISÃO DO ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM**, nos termos da alínea b), do número dois do artigo trinta e nove do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um de doze de Junho, tendo sido **aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor e uma abstenção**. -----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número quatro, do artigo número oitenta e cinco, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um de doze de Junho, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** submeteu a votação a aprovação em minuta o **PONTO CINCO**, tendo sido deliberado aprovar **por unanimidade**. -----

--- **PONTO SEIS - PLANO DE PORMENOR DO LADO POENTE DA AVENIDA DO BRASIL**.-----

--- Foram presentes, para apreciação desta Assembleia os documentos em epígrafe, que ficam anexos à presente acta, dispensando-se a sua transcrição, nos termos do Decreto-Lei quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e dois de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei trezentos e trinta e quatro/oitenta e dois, de dezanove de Agosto. -----

--- Interveio o Senhor **EUGÉNIO BAÊTA RIBEIRO PISCO** referindo ter algumas dúvidas, relativamente à área não edificada, sua implantação e volumetria, salientando existir uma área não construída, não se sabendo o que se possa vir lá a fazer. -----

--- A seguir interveio o Senhor **LEONEL DE MATOS MARTINHO DO ROSÁRIO** para referir que o PS louva o aparecimento do Plano de Pormenor, salientando que o espaço omissivo, no seu entender, e porque nada existe é porque, naquele local, não se pode construir. -----

--- Por último usou da palavra o Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** esclarecendo que este Plano surgiu da necessidade de disciplinar uma zona que está ferida pela implantação do Edifício Scalábis dada a sua volumetria excessiva. -----

--- Dada a inexistência de mais intervenções o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, submeteu a votação a proposta, relativa ao **PLANO DE PORMENOR DO LADO POENTE DA AVENIDA DO BRASIL**, termos da alínea d) do número dois do artigo trinta e nove do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um de doze de Junho, tendo sido **aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor e quatro abstenções.**

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número quatro, do artigo número oitenta e cinco, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um de doze de Junho, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** submeteu a votação a aprovação em minuta o **PONTO SEIS**, tendo sido deliberado aprovar **por unanimidade.** -----

**--- PONTO SETE - ADESÃO À ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE CISTER. --**

--- Foram presentes, para apreciação desta Assembleia os documentos em epígrafe, que ficam anexos à presente acta, dispensando-se a sua transcrição, nos termos do Decreto-Lei quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e dois de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei trezentos e trinta e quatro/oitenta e dois, de dezanove de Agosto. -----

--- Interveio a Senhora **MARIA FERNANDA DA SILVA PIRES FERNANDES RIBEIRO** considerando, na sua opinião, que todos se deveriam congratular com a adesão ainda mais, se esta significar uma preocupação por parte da Câmara Municipal em relação à preservação do património. -----

--- Salientou o mau estado de conservação do Mosteiro de Almoester, esperando vivamente, e acredita que sim, que a adesão a uma Associação destas características signifique realmente o fim do abandono e do desleixo a que efectivamente o Monumento Convento de Almoester, testemunho da arquitectura cisterciense em Portugal, tem sido sujeito. -----

--- Seguidamente interveio o Senhor **EUGÉNIO BAÊTA RIBEIRO PISCO** considerando, no seu entender, que haveria toda a vantagem da estrutura dos Estatutos de adesão serem o mais leve possível, até para benefício dos Municípios. -----

--- Disse ainda considerar os Estatutos demasiadamente rígidos e um pouco desenquadrados dos objectivos, pensando que todos estarão de acordo. -----

--- Esgotadas as intervenções o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, submeteu a

votação a proposta, relativa à **ADESÃO À ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE CISTER**, nos termos da alínea h) do número dois do artigo trinta e nove do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um de doze de Junho, tendo sido **aprovada por unanimidade, bem como os respectivos Estatutos.** -----

---Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número quatro, do artigo número oitenta e cinco, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um de doze de Junho, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** submeteu a votação a aprovação em minuta o **PONTO SETE**, tendo sido deliberado aprovar **por unanimidade.**-----

--- Dado o adiantado da hora o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** propôs que a discussão do último ponto da Ordem de Trabalhos fosse discutido na próxima Sessão da Assembleia Municipal, no Ponto Um da Ordem de Trabalhos. -----

--- Seguidamente interveio o Senhor **ARMANDO HENRIQUE PIRES**, Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira de Santarém concordando com a proposta e sugerir que futuramente o Ponto Um da Ordem de Trabalhos fosse sempre os “ASSUNTOS DE INTERESSE PARA AS FREGUESIAS”.-----

--- A seguir interveio o Senhor **VICENTE CARLOS FLOR BATALHA**, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes, concordando com a anterior intervenção, referindo que o Ponto “ASSUNTOS DE INTERESSE PARA AS FREGUESIAS”, tem vindo a ser algo desvalorizado, pondo em evidência o facto de ser um ponto fundamental para as



freguesias e para o desenvolvimento do concelho. -----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** esclareceu que na próxima reunião de preparação da Assembleia Municipal irá discutir o assunto, adiantando que fica a promessa que na próxima Sessão da Assembleia este ponto será o primeiro da Ordem de Trabalhos. -----

--- Interveio por último o Senhor **FRANCISCO ZEFERINO AZEVEDO SILVA** para lamentar que sejam sempre os mesmos membros da Assembleia a ficar para resolução dos assuntos do concelho, criticando o comportamento dos seus colegas de bancada do PSD, que estava vazia, referindo que havia de existir uma norma que permitisse o não pagamento de senhas de presença a quem se ausentasse da sala.-----

--- Em face das intervenções havidas e de acordo com a competência que lhe confere o artigo dezasseis do Regimento, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO**, o qual não se concretizou por ausência de intervenientes. -----

--- Era uma hora e cinco minutos do dia catorze, quando o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, deu por encerrada a Sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, e subscrita por mim,

**PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, que a redigi. -----

-----**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----